

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA  
REALIZADA NO DIA 9 DE SETEMBRO DE 2024

Ata n.º 34

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de 30 de agosto, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Luis Matias Afonso; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM**: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

**PONTO DOIS**: Apreciação e deliberação das atas de 24/06/2024 e 29/07/2024; ----

**PONTO TRÊS**: Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; -----

**PONTO QUATRO**: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** do Concurso Público, para "prestação de serviços de desmatção de terrenos e desramagem de estradas e caminhos do concelho de Albufeira", pelo valor base de 339.000€ + IVA; -----

**PONTO CINCO**: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** do Concurso Público, da "Empreitada de Reabilitação de Edifício para Futuras Instalações do Posto de Turismo de Paderne", pelo valor base de 482.059,37€ + IVA; -

**PONTO SEIS**: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** do Concurso Público, da "Empreitada de Levantamento e Reposição/Construção e Reparação de Passeios em Zonas pontuais do Concelho de Albufeira.", pelo valor base de 345.000,00€ + IVA; -----

**PONTO SETE**: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** do Concurso Público, para "Fornecimento Contínuo de Material de Rega.", até ao limite de 270.000,00€ + IVA; -----

**PONTO OITO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à **Proposta da aprovação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil;** -----

**PONTO NOVE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à **Proposta da aprovação do Regimento do Conselho Municipal de Saúde;** -----

**PONTO DEZ:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à **Proposta de Alteração do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira;** -----

**PONTO ONZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **Adesão do Município de Albufeira à Riscos - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança.** -----

**PRESENCAS:** Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, David Antony Ferreira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Carla Cecília de Oliveira Agapito Valério, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Teresa Cristina da Palma Neto, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila-Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Otelto Guerreiro Cabrita, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

**Faltas:** Antonieta Helena Bernardino Dias, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Cláudia Sofia Pais Raimundo e Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira. -----

**Substituições:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, David Ferreira, Carla Valério, Teresa neto, Otelto Cabrita. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----



Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

Manuel Marciano: “Boa noite a todos, venho aqui hoje na qualidade de cidadão e munícipe preocupado solicitar um esclarecimento ao executivo municipal relativamente a uma questão que tem circulado entre os habitantes do nosso concelho que a ser verdade é gravíssimo. Se a ser boato não deixa de ser grave, mas também difamatório para os próprios visados. Desta forma, seria bom apurar a verdade, nada melhor que o executivo desta Câmara esclarecer de uma vez por todas a verdade. Tem-se comentado nas ruas, nos cafés, na cidade de Albufeira que a Exma. Senhora Dra. Ana Pífarro, ex. vereadora do pelouro do Urbanismo e Vice-Presidente no mandato anterior, dois mil e dezassete, dois mil e vinte e um, da confiança política, do ainda e atual Presidente da Câmara, que teria aprovado em tempo recorde autorização para a construção de um hotel denominado “W”. A maior indignação e, alegação de que, a mesma Dra. Ana Pífarro, que aprovou esta obra em alegadas circunstâncias especiais e de forma indiferenciada, estaria atualmente e, por coincidência, a trabalhar para o referido Hotel. Permitam-me salientar que esta informação, se não passa de um mero boato, é inegavelmente que tal situação é extremamente prejudicial, injusta, não só para a Dra. Ana Pífarro, mas também para a imagem de todo o executivo municipal, especialmente para o senhor Presidente da Câmara, que continua a liderar esta Câmara neste mandato. Contudo, se esta informação for verdadeira, estaremos perante um caso gravíssimo, que levanta sérias preocupações sobre um possível conflito de interesses que, sem dúvida compromete e recolhe o respeito que todos deveríamos ter ao nosso concelho. Por isto, venho respeitosamente solicitar ao executivo que esclareça esta situação, reafirmando-se estas afirmações têm algum fundamento ou se esperamos que não passem de rumores infundados. A transparência e a confiança dos nossos munícipes na gestão do nosso concelho são vitais. É o nosso dever garantir que essas premissas sejam sempre cumpridas. Há três questões que vou colocar, e gostava que fossem esclarecidas. A primeira, qual o tempo de tramitação do processo de aprovação do hotel W? Segunda questão, a Dra. Ana Pífarro, na qualidade de vereadora do pelouro do Urbanismo, assinou a aprovação deste processo? E a terceira, se a Dra. Ana Pífarro, após deixar o mandato de vereadora do pelouro do Urbanismo, foi



trabalhar ou prestar serviços para o Hotel W? Eu gostava assim, também de advertir este executivo que, pretendo resposta sobre este assunto, mesmo que, eventualmente, venha tentar responder que considera um não-assunto, que foi no anterior mandato. Um esclarecimento global sobre este assunto, é pertinente para muitas pessoas deste concelho, visto que a terceira questão que coloquei só pode verificar o presente mandato, por se proceder a correlação entre os visados e os mandatos." -----

Bruno Guerreiro: "Boa noite, em primeiro lugar, gostaria de informar que há minutos enviamos-lhe um email com um requerimento, solicitando junto do executivo que exerça o seu poder de fiscalização, e peça acesso aos documentos de acesso público mencionados no mesmo. Senhor Presidente, perguntar-lhe também por que motivo não se está a cumprir o Regimento, e não se encontra a ser cumprido, ao não publicar qualquer ata desde a última Assembleia Municipal de vinte de maio. Curiosamente, desde que estes problemas têm sido levantados nesta casa. Em segundo lugar, informo a esta Assembleia e á oposição que, diga-se de passagem, por vezes parece inoperante, que a nossa empresa decidiu na semana passada avançar com um processo no Tribunal Fiscal e Administrativo de Loulé, é o processo seiscentos e cinquenta e quatro barra vinte e quatro. Este requerimento que lhe faço será mais uma prova a somar ao rol de ilegalidades que têm marcado este processo desde o início. Este é o primeiro de três processos, sempre nos reservamo-nos em última instância a pedir junto das autoridades judiciais o encerramento coercivo de todos os apoios de praia em ocupação ilícita neste concelho. Em terceiro lugar, informar que, na passada sexta-feira terminou mais um prazo de um procedimento concursal nesta Câmara, onde, mais uma vez, se está a cometer uma aberração ilícita e como parte interessada e cumpridora da lei não deixaremos passar em branco, reservamo-nos o direito de recorrer a todas as entidades fiscais e judiciais deste país e, se for necessário, chegaremos ao Tribunal Europeu. Em quarto lugar, gostaria de relembrar o Senhor Presidente que, em caso perca de mandato não é o responsável pelo pelouro que o perde, o senhor é o responsável máximo deste executivo e a responsabilidade civil e criminal dos atos praticados pelos seus subordinados recai em última instância, sobre si. Por fim, volto a pedir à oposição que se mova, caso contrário, começa a dar a sensação de que são cúmplices do que aqui se passa. Não cabe a nós cidadãos fazer o vosso trabalho." -----

Ricardo Neves: "Boa noite a todos, venho por este meio solicitar mais uma vez que seja feita a limpeza da cidade em algumas zonas como é feito na praia da Oura e na Avenida



Francisco Sá Carneiro Norte, continuamos sem lavagem, sem limpezas, acumula-se lixo à força toda, estamos no final do verão, no início do verão era a mesma coisa, está aqui o senhor responsável da limpeza, o senhor Miguel, já tivemos essa conversa presencialmente, à volta dos contentores acumula-se lixo, porque a empresa não limpa nada disso, por isso, agradeço que façam favor de cumprir. Eu pago a água das lojas que tenho na rua, por isso, mereço ser tratado exatamente com os bares na zona sul, lavagem diariamente com desinfetante, porque a água só não serve. Em segundo, tinha mandado um email há três meses ao senhor Presidente da Assembleia Municipal com algumas questões feitas na Assembleia. Na altura o Senhor Presidente respondeu-me ou a sua secretária, que o Senhor Presidente me iria responder, passaram-se três meses, eu não recebi respostas nenhuma, por isso agradeço que faça chegar as perguntas ao Senhor Presidente, e que me faça chegar as respostas. Por último, mais uma vez foi entregue umas casas em Paderne e, mais uma vez, há queixas de alguns munícipes. Pessoalmente, não tenho interesse em nenhuma casa em Paderne, mas tenho uma preocupação grande. Como é que pessoas ligadas a famílias dos senhores vereadores e a funcionários da Câmara têm acesso a casas em Paderne e deixa-se famílias com crianças deficientes a viver em casas sem condições? Senhor Presidente, acho que está na altura de as casas sociais serem entregues realmente a quem precisa e não a pessoas que têm interesses cá dentro no município." -----

Paolo Funassi: "Boa noite a todos, vou elencar, uma série de coisas, nestes últimos meses que merecem os parabéns à Câmara e todas as Juntas. Primeiro a obra mais importante destes últimos meses, e parabênizo, porque é uma temática muito importante para mim, o centro bem-estar animal. Já que falo nos amigos de quatro patas, também é boa ideia a construção do parque canino, no parque Alfarrobeira. Parabênizo pelas festas muito bem organizadas e, até digo, cada vez mais bem organizadas, as festas da Guia, Ferreiras, Olhos de Água, a Noite Branca em Paderne. A festa do município também excelente, a festa do pescador também foi um grande sucesso, todas com grande sucesso do público, aproveito e parabênizo antecipadamente para a festa de fim-de-ano, o programa parece ótimo, de certeza que vai ser um grande sucesso do público. também é verdade que, nos custa quase perto de um milhão. Também aproveito para parabenizar a aposta desportiva do município, já que falo em desporto, parabênizo a equipa albufeirense de críquete, que ganhou a Taça do Algarve de críquete organizada e disputada aqui mesmo neste município, na

freguesia da Guia. Como vêm os motivos para parabenizar a Câmara Municipal, terão notado que são coisas importantes, sim, mas talvez um bocadinho secundárias comparadas com as necessidades reais dos residentes. Sim, os residentes, porque Albufeira parece excelente para os turistas, mas um pouco menos para nós residentes. Convido-os a todos, a uma reflexão sobre a atual Albufeira como um todo, independentemente se a competência é da Junta, da Câmara, do estado central, do privado, pensemos numa Albufeira em conjunto, temos festas e festinhas maravilhosas, mas temos um centro de saúde ruim, insegurança, ruído descontrolado, casos com muita droga e álcool, maus comportamentos, situação habitacional não é muito boa, para aqueles que vocês chamam, filhos da terra, e também há situações de aglomerado de pessoas nos apartamentos e quartos. Os alojamentos ilegais a florescer como flores na primavera, transporte público insuficiente, sejam nos horários, sejam nos trajetos, os padernenses, por exemplo, sabem bem do que falo. E agora mais um problema, uma bomba atómica, nos residentes que é o fecho da creche, gerida pela Santa Casa Misericórdia, deixando em grandes problemas as crianças e pais. Se não fosse pela trajetória da boa administração destes últimos anos, da Santa Casa Misericórdia, hoje estaria para vir aqui pedir a demissão de todos os órgãos sociais por este erro enorme. Portanto, convido o Presidente, agora que o verão está acabando, a reunir-se com as instituições, empresários, forças de segurança, instituições públicas, partidos políticos, clubes, associações, agricultores e tentar endireitar este navio albufeirense que está cada vez mais perto do iceberg. Sozinho, nunca o executivo conseguiria fazê-lo, nem reunindo que com alguns setores em lugar de outros. E já aqui citei que o verão está acabando, e queria perguntar quais são as novidades sobre o código de conduta? Se já está pronto? Para quando? Ou se já só fica para o próximo verão? A última pergunta sobre os aniversários dos empregados municipais, que fazem aniversário num feriado fixo, me perguntaram se têm direito a ter o dia livre, talvez o dia seguinte, como fazem em muitos casos outros, que cumprem anos e o município dá o dia livre." -----

Roberto Raposo: "Boa noite, os assuntos que me trazem aqui hoje, são vários assuntos, relacionados com certas coisas que se estão a passar na Aldeia dos Matos, nos Matos de Cima, sendo um deles, que eu já tinha alertado aqui. Na última legislatura e enquanto membro desta Assembleia, de haver uma casa que está lá ilegal, está a ser habitada, tem uma fossa ilegal, que já na altura chamei a atenção, como é que uma



fossa ilegal era limpa pelos serviços da Câmara? Aconteceu outra vez, a semana passada, uma fossa que está completamente ilegal, os serviços da Câmara foram lá limpar a fossa, algo que para mim é inaceitável. Essa casa não tem licença de habitação, estão lá pessoas a morar, segundo me disseram aquela casa tem ordem para demolição, porque não teve licença de construção e até agora foi nada feito. Outro dos assuntos é um assunto que já há muitos anos, eu alertei vários fiscais, a última vez foi quando fizeram lá os esgotos, há uma casa cuja logradouro foi totalmente tomado ao espaço público, alertei dois fiscais na altura, estiveram lá na aldeia, confirmaram sim, que aquilo estava tomado ao espaço público, mas até hoje não foi feito nada e a casa agora foi vendida, a pessoa que comprou não tem culpa, mas é espaço público e acho que deve ser devolvido ao espaço público. Outra coisa, em relação a essa casa também, reparei que não tem licença de obras e, no entanto, foram feitas obras da alteração da fachada da casa." -----

Presidente da Assembleia: "Eu irei responder a algumas questões que me foram colocadas diretamente. Naturalmente, que exercemos o direito de fiscalização, a nossa função é essa, e o e-mail que nos mandou será enviado aos serviços competentes, entre os quais o Senhor Presidente da Câmara e respetivo secretariado. Quanto à questão das atas, temos a indicação de que as atas de maio, estão publicadas mas as de junho e de julho ainda não foram aprovadas, porque vão ser aprovadas hoje. Elas têm de ser transcritas e, só depois de transcritas e aprovadas é que são publicadas. Relativamente ao senhor Ricardo Neves, nós recebemos o email, mas o email não identificava quais as questões e, desta forma, eu agradecia que fosse mais minucioso na informação que transcreve relativamente a estas matérias, para podermos abordar os serviços respetivos quanto a essas questões." -----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, queria saudar as pessoas que apresentaram aqui algumas questões, algumas sugestões e algumas reclamações. Responder ao senhor Manuel Merciano sobre a Doutora Ana Pífarro, que foi aqui frisada, a única coisa que vou dizer, porque não tenho aqui prazos, obviamente, não é aqui o sítio para dizer os prazos, os prazos estão no processo. O hotel W constituía um PIN, que é um projeto de interesse nacional e, esses projetos de interesse nacional, a legislação confere a urgência e celeridade na apreciação dos processos. Não faço a mínima ideia, sei que ainda demorou algum tempo, se houve aqui algum atropelo àquilo que se pode chamar uma pressa urgente ou não. Se a Dra. Ana Pífarro trabalha no Hotel W, esse problema

não será meu, não será da Câmara Municipal, é pura e simplesmente dela, que já não exerce nenhum cargo, nem nenhuma função na Câmara Municipal, neste momento. Relativamente ao senhor Bruno Guerreiro, apenas apresentou aqui constatações de facto e informações, portanto, depois há de seguir os trâmites normais nas suas sedes e nos sítios normais desses procedimentos concursais, sejam eles de que área for, neste caso dos apoios de praia. O senhor Ricardo Neves apresenta aqui duas coisas, a questão sobre a limpeza, que já transmiti aos serviços para que amanhã esteja melhor e, para evitar estes esquecimentos, que entende-se mas, tem que se tolerar um pouco. De uma forma geral, as coisas não estão mal, mas, enfim, poderá haver um caso ou outro que fica de alguma forma, diria entre aspas, esquecido. Quanto à entrega das casas de Paderne, já foram por duas situações diferentes, não é, obviamente que essas casas são entregues sempre mediante um concurso público, e esse concurso público tem regras, tem critérios, tem o caderno de encargos, tem um aviso de abertura do concurso, onde estão as regras que vão ser as pessoas concorrentes. Às vezes, há pessoas que não são admitidas, que são excluídos de um concurso por falharem algumas coisas que estão na exigência do caderno de encargos, outras vezes são admitidas, fazem uma seriação e depois é entregue por ordem que estão nessa listagem. Naturalmente que, tem prazos de reclamação, quando as pessoas entendem que são prejudicadas, têm prazos, normais legais de reclamação e certamente houve algumas reclamações, agora uma coisa é certa, ninguém pode ser prejudicado por exercer um determinado trabalho, ou familiar de A ou B, não pode de maneira nenhuma. Não é por aí que vamos agora excluir, quer dizer, um funcionário desta Câmara Municipal ou um familiar de alguém que trabalhe aqui, não podia concorrer a nada. Isso não pode ser visto dessa maneira, como é óbvio. Não é agora pela questão que se vê casuisticamente uma determinada pessoa que tem problemas sociais, tem problemas familiares, tem problemas de habitação, evidentemente que há muita gente com problemas de habitação, imensa gente, portanto, todos nós sabemos, agora não pode ser é assim, de uma forma casuística. É sempre por concurso público e, ninguém pode ser prejudicado pelo facto de ser familiar ou de ser amigo ou conhecido de alguém que trabalhe na Câmara. Relativamente ao senhor Paolo Funassi, sobre a questão do Centro de Saúde, todos sabemos que a transferência de competências passou do governo central para a administração municipal não há muito tempo, os processos estão a ser elaborados para se fazer precisamente ampliação daquele centro de saúde e a remodelação do



existente. Portanto, isso está tudo em andamento, os processos já estão em revisão, já estão numa fase terminal, em condições praticamente dentro de poucos meses, ou nem tanto, de se lançar os concursos. Relativamente aos maus comportamentos, são uma situação mais ou menos passageira, portanto, não vi que houvesse grandes problemas a nível da Albufeira, independentemente da quantidade de gente que teve aqui, e sei o que estou a dizer, não vi, nem assisti, nem foi noticiado grandes episódios de violência. Enfim, os maus comportamentos que houve naquela fase, alguns se calhar exagerados pelas redes sociais, admito que sim, porque às vezes eram imagens já passadas, de outros anos, o que também não abona nada a favor da promoção que se pretende para Albufeira. Como já disse várias vezes, não podemos esquecer os problemas, temos de os encarar de frente e, temos que ajudar a resolver. O código de comportamentos está em fase de elaboração, conforme sabe, e se não sabe fica a saber, o código de comportamentos não pode entrar em funcionamento, na sua plenitude enquanto não houver a discussão pública, enquanto não vier aqui à Assembleia Municipal para ser aprovado, após essa discussão pública. Relativamente à Creche Os Pardais, quero dizer que a Câmara, obviamente que é completamente alheia a esta situação, da forma como está a creche dos Pardais, embora posteriormente à situação que foi criada, com alguma gravidade, por não haver a possibilidade de funcionamento desta creche, eu e a senhora Vereadora, temos feito todos os esforços para resolver o problema e penso que está mais ou menos encaminhado. Mas ainda hoje vinha uma notícia no Jornal de Notícias, isto às vezes as pessoas não se apercebem destas coisas, mas isto é uma realidade, uma realidade do país, não uma realidade apenas de Albufeira. As pessoas às vezes querem concentrar aqui os problemas todos, para a própria Assembleia, os problemas todos que existem no mundo todo a volta, isto é o efeito esponja e não pode ser. A questão dos jardins de infância e das creches têm um problema que é, aliás hoje vinha no Jornal de Notícias, é uma questão de consultar o artigo, houve uma alteração das remunerações dos educadores de infância no público, comparativamente com o privado. E o público, neste momento por aquilo que diz o jornal, e é verdade com certeza, recebem mais no público trezentos e cinquenta euros que no privado, o que faz com que os poucos educadores de infância que não chegam para tudo, porque os governos esqueceram-se que ao deliberar uma medida que foi a gratuitidade das creches e acho muito bem, fez com que aumentasse grandemente a procura. Mas essa situação não foi acompanhada com os lugares abertos no concurso de ensino superior

para educadores de infância, o que devia ter sido. Relativamente ao dia do aniversário, quando calha num feriado móvel ou num fim de semana, no ano a seguir ou dois anos depois, já não é fim de semana nem é feriado. Quando for um feriado fixo, por exemplo, alguém faça anos no dia um de maio, pois é sempre feriado, infelizmente tem azar nesse aspeto, se considerarmos que o azar é trabalhar mais um dia. É preciso que se note, não é necessariamente azar. Mas isso é um assunto que está ainda por resolver e que vamos ultrapassar certamente dentro de pouco tempo. Isso vai ser negociado com os sindicatos. Relativamente àquilo que o senhor Raposo aqui apresentou, sobre as duas casas em Paderne, portanto, está aqui o senhor arquiteto Eduardo que já registou certamente tudo aquilo que disse, para depois ver. Penso que isto está tudo identificado em termos de fiscalização, portanto, estão a decorrer processos de contraordenação, com certeza, mas o senhor Arquiteto Eduardo vai ver."

Márcio Rocha: "Venho nome de todos os pais da creche Quinta dos Pardais, quero desde já agradecer a disponibilidade da Câmara, bem como da senhora Vereadora Cláudia em receber os pais. Quero no fundo, contrariar o que o Senhor Presidente disse, não se trata de um efeito esponja, não é um efeito esponja, na minha perspetiva, não é. Tenho pais aqui que não rececionaram qualquer tipo de email por parte da senhora Provedora da Santa Casa, tenho pais aqui ainda a aguardar a resposta por parte da provedora e, é nesse sentido que venho questionar relativamente a este problema." -----

Presidente da Câmara: "Não falei do efeito esponja relativamente ao assunto Quinta dos Pardais, absolutamente nada disso, entendeu mal aquilo que eu disse. O que eu disse foi que, os problemas muitas vezes são tratados aqui para Albufeira, os problemas de uma forma geral, é um caso real que eu conheço perfeitamente. Acompanhei isto desde os primeiros dias em que houve aquele problema. Mas estamos a tentar resolver, em colaboração com a Santa Casa de Misericórdia. O efeito esponja que falei não foi relativamente à creche Quinta dos Pardais. Evidentemente que vamos, com mais dificuldade ou menos dificuldades, tentar ultrapassar este problema de uma forma, enfim, não muito fácil obviamente, porque quando não há ovos não se pode fazer uma omelete, é mesmo assim, mas vamos tentar que isto se resolva, e estará em bom caminho essa resolução. Evidentemente que isto tudo tem que ser acompanhado com outros meios, só que a iniciativa privada não pode atribuir prémios às educadoras, se o público dá mais trezentos e cinquenta euros por mês, não sei se o

privado pode dar agora mais quatrocentos, senão qualquer dia estava numa exorbitância de ordenado, parecia um jogador de futebol, isto não pode ser assim, tudo tem tabelas, tem regras, enfim, mas vamos tentar que isso se resolva, só espero que sim, não vamos esconder o problema de maneira nenhuma, embora, como disse, a Câmara é completamente alheia essa situação, obviamente que isto é da Santa Casa da Misericórdia, é uma entidade privada, muitas vezes as pessoas pensam que é pública, mas não é, é privada, é uma IPSS, que é Instituição Privado de Solidariedade Social, portanto, a Câmara ajuda, naturalmente, em termos de logística, em termos financeiros a suportar a Santa casa da Misericórdia, assim como outras associações, outros clubes, nomeadamente de outras áreas, sem ser a área social, a área desportiva e área cultural.” -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

**PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: “Digníssima Assembleia, municípios presentes, em casa, começava a minha intervenção por aquilo que é um tema sensível ao nosso país e, naturalmente, transversal à nossa região e ao nosso concelho, que é um clima de geral de suspeição em relação aos políticos no ativo e ex-políticos, que é muitas vezes absolutamente abusivo e absurdo. Ainda hoje, foi público, a decisão do Ministério Público sobre aquilo que foi uma suspeição de um autarca algarvio que levou, veja-se quatro anos para depois ser arquivado. Isto é um abuso, há que haver respeito pelas pessoas que encaram isto como uma missão, e que muitas das vezes prejudicam as suas vidas profissionais e pessoais, para dar de si a um concelho, uma região e a um país, portanto, eu não queria deixar de realçar aqui esta questão, porque realmente entendo que tem de haver por parte dos não políticos mais algum respeito pelos políticos. O segundo assunto que me traz aqui tem a ver, Senhor Presidente, com aquilo que é uma questão também premente no que diz respeito à nossa região, ao nosso concelho e que tem a ver com o que está em análise para o futuro PDM de Albufeira. Eu apelava novamente aos serviços municipais para que, de forma absolutamente competente, que sei que são, tenham em consideração que estamos de certa forma, já há bastante tempo a fazer a análise deste PDM e que temos uma série de fases ainda pela frente e, por isso, deixava esse apelo no sentido de se dar alguma celeridade ao processo, até

porque da Comissão de acompanhamento que foi por esta Assembleia legitimamente aprovada, ainda não foi chamada para fazer esse acompanhamento. O terceiro assunto diz respeito àquilo que é o código de conduta que me apraz dizer, está por si e pelo seu executivo em elaboração e que, tendo sido uma das questões mais levantadas pela bancada do PSD/CDS nesta Assembleia, nós gostaríamos, se houver essa possibilidade naturalmente, que nos faça chegar aquilo que é a versão que existe para nós com algum tempo e algum cuidado podermos ir analisando. E a última questão nesta minha primeira intervenção, apraz-me dizer aquilo foi, pelo que tive conhecimento pela senhora vereadora Cláudia Guedelha, a receptividade na receção aos pais que estão aqui presentes, o cuidado que tiveram com os pais e aquilo que é as démarches que estão a levar a cabo e que nos foram transmitidas pela senhora vereadora, na tentativa de resolução de uma questão sensível e que, como o Senhor Presidente disse, e bem, apesar de ser uma instituição privada, o executivo desta casa à primeira hora, agarrou para tentar resolver e, portanto, aqui o meu reconhecimento dessa ação efetiva ao Senhor Presidente e à Senhora vereadora." -----

Presidente da Assembleia: "Gostaria de fazer aqui um pequeno comentário. Apraz-me verificar a preocupação com a questão dos políticos, sabendo que há cerca de oito meses, um Primeiro-Ministro teve que se demitir exatamente por uma infundada acusação que se veio a confirmar, mas infelizmente, só agora se reconhecemos essa situação. Relativamente à questão que também colocou relacionada com o PDM, a verdade é que a Comissão foi constituída, ainda não iniciou os seus trabalhos, nem convoquei a primeira reunião, porque não há documentação para discutir e deliberar e, qualquer reunião que fosse convocada iria ser infrutífera, no entanto, se assim o entenderem, eu convocarei a comissão, podemos sempre beber um café entre todos e conversar, mas não há efetivamente documentação para discutir o assunto." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa noite a todos, trago um assunto de uma carta registada, que recebi por parte do município esta semana, e fiquei um bocadinho indignado, e vou passar a explicar o assunto. Recebi uma carta registada enviada pelo município, a dar resposta a um pedido feito pela junta de freguesia, a solicitar a reparação de uma rede cortada em vários sítios, durante os trabalhos na zona da entrada da Rodoviária, em Ferreiras. Quando a empresa esteve lá, cortou a rede em vários troços e, deixou aquilo completamente abandonado. Fiz um email à Câmara a solicitar a reparação e recebi uma carta registada, que vou passar a ler um

excerto do que me foi enviado pela Câmara. Passo a citar a informação da empresa. "Em relação à reclamação por vós recebida, passarei a explicar resumidamente o que se passou e ficou acordado com o Sr. Presidente da Junta e seus colaboradores". Suponho que o Presidente da Junta deveria ser eu, e eu não falei com ninguém, nem os meus colaboradores, eu perguntei e, não chegou lá nenhuma informação. "Quando se iniciaram os trabalhos na zona da entrada da Rodoviária, uma vez que era necessário cortar, pavimentar, fresar os mesmos, para a posterior pavimentação, contactámos o proprietário do terreno a pedir autorização para remoção de uma parte da vedação em rede ovelheira, de forma que os autocarros pudessem entrar e sair pelo terreno da feira/mercado, sendo que, a mesma secção de rede já se encontrava danificada. Após esse contacto, a resposta do proprietário foi que por ele não haveria problema nenhum, mas que teríamos que falar com a Junta de Freguesia, pois além de ele ter emprestado o terreno à junta, a rede seria propriedade da Junta. O passo seguinte foi entrar em contacto com a junta que, de imediato deu autorização e, poderíamos inclusive fazer uma passagem mais larga, pois, uma vez que a rede já estava danificada, a Junta já iria futuramente substituí-la nesse troço." Quer dizer, partiram-me a rede, não me pediram autorização e, ainda dizem que eu dei autorização. Assim sendo, gostaria de esclarecer alguns pontos mencionados. Primeiro, contrariamente ao relatado, não foi dada autorização para a remoção da parte da vedação em rede. Segundo, a mesma não se encontrava danificada e, é propriedade da Junta de Freguesia. Terceiro, a Junta não foi informada previamente sobre a intenção de realizar essa modificação na rede. Além disso, deixaram o terreno completamente cheio de entulho, o proprietário do terreno, deslocou-se à Junta várias vezes, e disse que só autorizou que eles utilizassem o terreno por consideração à Junta e, depois eles abandonaram aquilo com o lixo, que andou lá uma máquina da Junta uma semana a limpar o terreno, onde a empresa devia ter deixado limpo. É importante salientar que, a máquina da Junta andou durante uma semana a limpar o terreno adjacente à obra a pedido do proprietário do terreno, visto que a empresa deixou o terreno cheio de entulho da obra. E para concluir relembro que temos tido várias reclamações na junta e que, temos comunicado ao município, umas tem sido resolvidas outras, ainda continuam por resolver, tais como: as marcações do pavimento, o pavimento foi todo mal marcado, alguns já foram corrigidos, em frente a uma oficina, o dono já fez várias ofícios à Câmara, eu também fiz um ofício e email a comunicar que devia de estar um



destrachado, porque os camiões quando querem descarregar os carros na oficina não conseguem descarregar, estão em infração. Antigamente aquilo era descontínuo e passou a contínuo, prejudicando as pessoas. Já não falando das lombas, que estão muito altas, estava duas tampas de esgoto de águas pluviais levantadas, nós tapamos uma e ficou outra por tapar. As calçadas estão danificadas, não sei se as do lado esquerdo também pertencem a eles, uma vez que a estrada foi alcatroada, eles fizeram um troço de um lado, não sei se o outro lado também é deles. Para não falar da falta de inclinação da estrada relativamente às águas pluviais, que eu já comuniquei para aqui. Quando chover iremos ver. Para terminar também gostava de falar sobre o PDM, gostava de fazer uma ressalva, que a lei diz que os Presidentes de Junta devem ser ouvidos no PDM, eu não fui ouvido ainda, não sei se vou ser ouvido ou não, mas mandei alguns ofícios a pedir algumas alterações, mas intervenção minha no PDM pela empresa ou pela Câmara nunca fui ouvido. -----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, a bancada do Albufeira Prometida dá os parabéns ao executivo pela forma como decorreu a organização do Programa de Campo de Férias de Verão, promovida pelo Gabinete de Juventude e pela Divisão de Educação, agradecendo em especial a todos os colaboradores que estiveram envolvidos neste projeto. Senhor Presidente, estamos a iniciar um novo ano letivo e a nova época desportiva e, é com preocupação que não sabemos quando irão reabrir as piscinas municipais. Pode dar-nos alguma informação sobre este assunto? Sobre o centro de Saúde, Senhor Presidente, só para ter uma ideia do que está a pensar ser feito, a ampliação é obra que melhor se adequa àquela infraestrutura, ora, considerando que está num leito de cheia da Ribeira de Albufeira, que em dois mil e quinze, a um novembro, a inundação alagou, impedindo a entrada e a saída de doentes em ambulâncias, que avaliação está a ser feita e como vai ser feita esta ampliação? Por último, não podemos deixar de manifestar o nosso desagrado pelas reações verbais e corporais de alguns presentes na última Assembleia, aquando da nossa intervenção, não é a primeira vez que estas situações acontecem, e na casa da democracia todos têm direito a expressar as suas opiniões, as suas intervenções, mas o respeito e o silêncio são fundamentais para o exercício das nossas funções. Por isso, meus senhores é tempo de mudar a atitude." -----

Domingos Coelho: "Boa noite a todos, gostava de voltar a colocar uma questão que já coloquei duas vezes, à terceira o Senhor Presidente disse-me que obteria uma

resposta por parte do senhor arquiteto Eduardo Viegas, e até agora não recebi qualquer comunicação, tem a ver com exatamente aquele espaço que está junto aos semáforos, como quem desce da rotunda dos Golfinhos, porque penso que é um espaço que pode no caso de se desenvolver ali um projeto de edificação com alguns elementos críticos. E já agora gostava de voltar a repetir, primeiro lugar, se o projeto que já está a se desenvolver garante aquela panorâmica, que é das melhores panorâmicas da cidade, de quem entra pelo lado poente? Segundo, se esse projeto contemplará algum estacionamento público, porque hoje é o principal parque de estacionamento que Albufeira tem, basta passar lá à noite. E terceiro, até que ponto é que também já estão garantidas as condições de saneamento das infraestruturas, porque penso que toda aquela escorrência de águas pluviais ou domésticas deverão, penso eu, escorrer para a baixa, portanto, sobrecarregando toda a infraestrutura da baixa. Portanto, fico a aguardar a resposta." -----

Raúl Ferreira: "Quero começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais presentes. O que me traz aqui, é já um tema recorrente e que, em novembro do ano passado, o MIPA apresentou uma moção relativamente à construção clandestina. Depois dessa moção, tive a oportunidade de receber os números de processos de contraordenação existente. Efetivamente, a fiscalização existe, existem centenas, penso que cerca de mais de mil, processos de contraordenação relativamente a construções clandestinas e, obras que não estão devidamente licenciadas, mas o que se passa e, depois de se reunir e, de falar com pessoas até do setor jurídico desta Câmara, o que se passa é que, não há consequências relativamente aos processos que são levantados. Eu penso que, de ponto de vista legal, existem mecanismos para que, de certa forma, retificar e repor a legalidade nessas situações. Efetivamente, penso que, a Câmara Municipal peca nessa avaliação e, nesse procedimento de concretização dos processos que são levantados. Tanto quanto pude apurar, não foram capazes de informar de um único processo em que tenha existido uma demolição no concelho de Albufeira. Penso que isto é preocupante, nós gradualmente vamos assistindo à construção clandestina por todo o concelho, já não são nos sítios mais remotos, mais escondidos, efetivamente os particulares por diversas razões, falta de habitação, por a construção clandestina também ser um modo de rendimento fácil, a maior parte deles que são arrendados, como sabem, não pagam impostos, portanto é tudo a faturar e o que acontece é que, já existe construção mesmo dentro da cidade de Albufeira,

das Ferreiras e de outras localidades, em que é visível, está aos olhos de todos e na minha perspetiva é extremamente injusto para aqueles todos, que são muitos, que cumprem as regras, que pagam impostos e que, de alguma forma para terem a sua habitação, cumprem os procedimentos todos que estão na lei. Penso que o município, a Câmara Municipal no seu executivo tem de ter uma visão séria sobre este assunto. Digo aqui publicamente e, enquanto advogado noto que as pessoas pensam que a construção clandestina é uma brincadeira, nem têm noção que estão a praticar um crime, portanto, as pessoas têm de ter a noção e cabe esse papel também a Câmara Municipal fazer passar a mensagem que o que estão a fazer é ilegal. Portanto temos de rever este assunto, este problema, que eu penso que é um problema sério e grave. Outra questão que me traz aqui também é já recorrente, tem a ver com as obras particulares, gostava de perguntar ao Senhor Presidente, se tem noção de quantos processos pendentes existem, neste momento, relativamente a licenciamento de obras particulares? Pessoalmente, penso que houve aqui de alguma forma, uma recuperação no tempo de apreciação dos processos, mas há outro assunto relativamente a essa questão que me preocupa, que é o facto de não compreender de que forma é que os processos são apreciados, se é pelo número de entrada, se é pela complexidade? Porque eu vejo processos, por exemplo, de vinte e três a ser aprovados, quando existem alguns de vinte e dois e vinte e um que ainda não foram sequer apreciados, pelo menos vinte e dois. Portanto gostava que me informasse se existe algum critério, eu penso que todo o particular tem direito a que os processos sejam apreciados dentro do tempo cronológico em que foram apresentados, portanto, não pode haver aqui atropelos sob pena de estarmos a cometer injustiças sobre aqueles que não são apreciados. Também gostava de deixar aqui público que compreendo que os processos de obras são processos complicados e, a culpa do atraso não são só dos serviços da Câmara, muitas das vezes processos são mal instruídos pelos arquitetos, engenheiros e joga-se, desculpem-me a expressão, joga-se o barro à parede a ver se cola e, isso não é salutar, e faço aqui um apelo aos profissionais do ramo, para que não façam isso, porque só estão a entupir os serviços e a dificultar aquilo que já é difícil de fazer e ainda estão a criar mais obstáculos e a prejudicar aqueles que, de alguma forma, apresentam os processos bem instruídos e bem elaborados. Outra questão que quero aqui levantar, que já é uma questão antiga, tem a ver também com a inscrição dos prédios na freguesia das Ferreiras, não estou aqui em representação do seu





Presidente Jorge Carmo, mas eu acho que já era tempo de uma vez por todas, resolvermos este assunto, até porque a freguesia é prejudicada em termos de IMI, portanto, as taxas que são cobradas não são direcionadas para esta freguesia.” -----

Carla Valério: “Boa noite a todos, a minha questão é para o Senhor Presidente, gostaria de saber em que ponto de situação estão os regulamentos. O Senhor Presidente já falou aqui do Código de Conduta que está a ser trabalhado, espero que seja célere, ainda o regulamento da alteração dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços no município e ainda o da alteração do Regulamento Municipal do Ruído Ambiental. Só para saber o ponto de situação em que estão.” -----

Margarida Guilherme: “Muito boa noite, ouvi atentamente há pouco o colega Engenheiro Quintino dizer algo que, de facto, é perturbador e foi muito bom ouvir as suas palavras, quando ele diz que há uma suspeição e sentimos isso cada vez que há uma Assembleia, há uma suspeição generalizada, àquilo que fazem os políticos, isto é terrível, porque cada um de nós, não só o executivo se sente muito mal, cada vez que aqui, de forma por vezes muito violenta, acusações, coisas terríveis. Eventualmente nestas, não sei quantas décadas de vida pública, houve pessoas que deram muito maus exemplos, houve pessoas que tiveram ações que geraram esta fama, o político corrupto, e isto é terrível, porque tenho a certeza que este executivo faz certamente todo o maior esforço para que tudo corra bem, para que tudo chegue a bom porto e é, de facto, terrível ouvir aqui por vezes, a suspeição de tudo aquilo que se faz. Deve ser terrível, estar na posição de Senhor Presidente da Câmara, muitas vezes até do Senhor Presidente da Assembleia. Queria só dizer isto, muito obrigada colega Quintino, por ter trazido isto aqui, as pessoas como eu, que estão nisto há três anos também já sentiram isto, já me perguntam que interesse é que eu tenho aqui, e isto é terrível, ou seja, se eu estou aqui é porque tenho algum interesse, eventualmente o interesse da maioria de nós que aqui estamos, se calhar, se não todos, diria eu, é defender a causa pública, que os nossos munícipes tenham melhores condições, tenham tudo o melhor possível. Esta é a minha primeira questão, muito obrigada colega por ter trazido isso aqui, perturba-nos a todos, sinto aqui muita violência verbal e isso é, de facto, perturbador e, há que pedir mais respeito por quem trabalha em prol da causa pública. Depois, em segundo lugar, suponho que estão aqui pais das crianças que ficaram sem a creche, a Quinta dos Pardais que fechou, é uma IPSS. Queria só que o

Senhor Presidente me explicasse, a mim e às pessoas presentes, porque há pouco disse algo, mas não disse tudo, quais são os passos que estão a ser dados para que a situação se resolva? Uma vez que tenho N pais que me contactaram a dizer que estão neste momento, vai o pai trabalhar, fica a mãe com a criança, vai a mãe trabalhar, fica o pai com criança, e já temos patrões a dizer, eventualmente, que têm que resolver a situação, senão vão ser despedidos. Portanto, senhor Presidente, se poder agradecia que dissesse quais os passos que a Câmara está a dar para apoiar a Santa Casa?" -----

Luna Silva: "Em nome do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Dr. José Carlos Rolo e do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira, Dr. Francisco Oliveira, considera-se os presentes devidamente cumprimentados, como membro desta Assembleia e, como cidadã, quero começar por expressar a minha total solidariedade e compreensão com os pais que tinham os filhos inscritos na creche Quinta dos Pardais, pelo seu descontentamento e indignação com o fecho e da forma como tudo aconteceu. Estes pais sentem-se injustiçados, e enganados, mas, acima de tudo preocupados, pois precisam de saber onde é que vão colocar os seus filhos e como poderão ir trabalhar nestas condições. Senhor Presidente, todo o ocorrido é lamentável. O encerramento da creche da Quinta dos Pardais foi comunicado a estes pais no dia trinta de agosto de dois mil e vinte e quatro. Com o efeito, digamos, surpresa, a menos de duas semanas do início do ano letivo e que, por coincidência, se deu no dia da demissão da diretora pedagógica, o que leva a crer que estes pais perguntem quais é que foram efetivamente os motivos do fecho desta creche? Apesar da Câmara ser alheia ao assunto, eu quero relembrar que no passado dia oito de abril de dois mil e vinte e quatro, em sessão ordinária, foi apreciado e deliberado a candidatura requalificação e ampliação da creche da Quinta dos Pardais, no âmbito do aviso número de zero nove barra, dois mil e vinte e três, do PRR, que continha a requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais, nomeadamente empregabilidade que referia e passo a citar "o projeto contempla a criação de novos postos de trabalho nas várias categorias adequadas às necessidades e com qualificações e habilitações que vão desde o nível mais básico ao nível mais qualificado. Além da qualificação profissional exigida a todos os recursos humanos, serão regularmente dinamizadas ações de formação, qualificação que permita manter o nível de qualificação exigida a cada colaborador". Estavam inscritas cerca de cem crianças, eu pergunto onde é que vão ser colocadas estas crianças? E que medidas é

que vão ser tomadas pela Câmara Municipal para ajudar estes pais? Quais é que serão as soluções adotadas? E se estes pais podem contar com o apoio da Câmara Municipal? Ainda, quero aproveitar o tempo da minha intervenção para trazer outro assunto, que já foi abordado por alguns munícipes nesta Assembleia, mas, que na realidade, nada foi feito. Na estrada de Santa Eulália, na zona de trás do condomínio Santa Eulália Praia, zona Beco do Sol, existe um terreno rústico, nesse terreno está localizada numa sucata e umas estruturas de alumínio que se presume que seja para efeitos de habitação, mas para melhor compreensão do Senhor Presidente, irei entregar a esta Mesa da Assembleia fotografias do local, tiradas hoje. Nas fotografias podemos observar que se encontram inúmeras viaturas dentro da zona da vedação, assim como no seu exterior. Viaturas que, dada a sua apresentação, é evidente que tratam de ser viaturas que estão imobilizadas a longo prazo e pelo seu estado nota-se que não circulam na via pública, ou seja, estão abandonadas. E as perguntas que eu coloco, ao Senhor Presidente de forma muito clara e muito sucinta são as seguintes: pertence ou não este terreno à Câmara Municipal de Albufeira?" -----

Carla Vieira: "Os meus cordiais cumprimentos a todos, no exercício das nossas funções de fiscalização, a bancada do Albufeira Prometida quer questionar o executivo, o senhor Presidente no caso, sobre o alegado encerramento de Jardim de Infância Quinta dos Pardais. Esta notícia causou alarme social e cria claramente dificuldades e põe em causa direitos fundamentais das famílias e dos pais que tinham os seus filhos nesse estabelecimento. Sendo a Santa Casa de Albufeira, uma instituição que é apoiada significativamente pelo município e considerando também a responsabilidade do município em manter e criar este tipo de infraestruturas e a notória falta de equipamentos escolares, carência de salas e necessidades perante o elevado número de alunos nosso concelho, acredito que está a par e que nos poderá dizer o que aconteceu e o que está a ser feito para salvaguardar as necessidades de mais de noventa crianças que eram servidas por esta infraestrutura? Ora, tendo presente que na reunião de Câmara realizada no passado dia três de setembro, foi aprovada uma candidatura de empreitada para ampliação e remodelação de lugares na creche Centro Infantil Quinta dos Pardais, cuja descrição sumária é a seguinte e passo a ler: "O município de Albufeira pretende requalificar e ampliar este equipamento que funciona atualmente com duas respostas sociais, creche e educação pré-escolar. Em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, que atualmente faz a gestão do espaço e que

assume as responsabilidades e os recursos necessários para o seu correto funcionamento e garantindo a sua sustentabilidade. O objetivo é o de modernizar e alargar a resposta sócio-educativa na valência de creche, que apresenta uma carência muito marcante no concelho, ampliando as instalações, requalificando os espaços existentes e proporcionando a adoção de métodos mais eficientes de prestação de serviços, melhorando igualmente as condições de trabalho dos profissionais, a qualidade dos cuidados prestados às famílias e às crianças. A operação visa contribuir para a concretização dos seguintes objetivos: contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar, colaborar com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo da criança, proporcionar condições para o desenvolvimento integral da criança num ambiente de segurança física e afetiva, promover o desenvolvimento pessoal e social da criança numa perspetiva de cidadania, criar condições de integração das crianças no grupo, facilitar o acesso a serviços da comunidade, potenciar a integração social." Questionamos, porque na relação de respeito que deve existir nas intenções de encerramento que deveriam ter sido antecipadamente comunicadas pela administração da Santa Casa, qual o efeito prático deste investimento e desta empreitada, sabendo que, neste momento, o espaço encontra-se sob a gestão da Santa Casa, que se encontra encerrado. Questionamos assim quais as intenções do município sobre esta infraestrutura que, eventualmente poderá, isso vai o senhor Presidente responder-nos, vir a assumir esta gestão. Reforço, contudo, Senhor Presidente, que concordamos com investimento que ronda o meio milhão de euros de dinheiro público, pois o restante será pago pelo PRR, porém, não deixa de ser uma incógnita que, no dia de hoje, cairá no futuro, gerir aquele estabelecimento." -----

Sílvia Dias: "Boa noite, gostaria eu de saber e muitos munícipes do concelho de Albufeira e alguns visitantes turistas, saber se as câmaras videovigilância que já estão na baixa de Albufeira, se já estão ligadas, ativas ou não? E se não estão ativas, este sistema de segurança que considera-se que é muito benéfico para a segurança de todos, quando é que está previsto essa ligação? A bancada do Partido Socialista também está solidária com os pais da creche Quinta dos Pardais, pois, nesta Assembleia foi aprovado para uma melhor condição daquele espaço e agora o que se passou no espaço tão curto que as portas estão encerradas. Bem sabemos que muitas educadoras concorreram para a via pública, pelas melhores condições de salários e

também acredito que todos os esforços estão sendo realizados para resolver esta situação, mas é uma situação preocupante para estes agregados familiares. Outra questão que queria colocar era saber como é que está a situação do parque de campismo ilegal junto ao parque Algarve Shopping? porque isto não é uma crítica, mas sim uma partilha de informação, muitos residentes gostaríamos de saber o que é que está ali a passar.” -----

Domingos Coelho: “A bancada do PS só pode congratular-se com a manifestação por parte de duas bancadas, digamos de solidariedade em relação aos políticos e muitas vezes há clamores que se levanta quanto à corrupção dos políticos. Só é pena que este clamor que aqui se foi levantado, tenha sido levantado, lembrado, digamos, sentido à volta de um ano atrás, um par de meses. Porque agora parece que, já alguém está a defender um pouco a sua causa.” -----

Presidente da Câmara: “Também me regozijo com a intervenção do senhor deputado Carlos Quintino, sobre a questão da suspeição, infelizmente é um mal que grassa pela sociedade portuguesa, comunicação social e afins. em que fazem quase a penalização das pessoas na rua. Enfim, é o que temos e, temos que ir certamente vivendo com isto, infelizmente. Relativamente às questões colocadas relativamente ao PDM, evidentemente que vamos ter que dar celeridade do PDM, e isso vai ser uma realidade, a ver se se consegue andar rapidamente, até por causa da comissão. Relativamente àquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras falou, sobre a questão do problema da rede, acho que isto é um problema que não é problema. Houve aqui talvez, digo eu, até porque acho que tinha tirado dois dias de férias quando isso aconteceu, mas isso não estou a questionar se foi um excesso de zelo de algum funcionário, a questão da carta registada, não seria necessária uma carta registada para um problema de tão pequena monta, nomeadamente por uma questão de uma rede. E eu determino que o senhor engenheiro Batalha, que está aqui presente, Diretor de Departamento dessa área, reponha isso e dialogue com o senhor Presidente da Junta para resolver o problema da rede. Um problema, que quanto a mim não é um problema. Para além de todo esse problema da carta registada, isso resolve-se, muito facilmente. A senhora deputada Mónica Félix falou no Centro de Saúde, está em fase de projeto, está a terminar o projeto. Relativamente às piscinas municipais, as análises vão dando positivas nalguns aspetos relativamente à legionella, vamos tentar ver e avaliar isso, dentro dos próximos dias, ver o que é que se pode fazer. Relativamente às questões



levantadas pelo deputado Domingos Coelho sobre a questão das vistas daquele loteamento na descida do Pátio, eu sugiro ao senhor arquiteto Eduardo Viegas, que também está aqui e ouvir-nos para agora dar-lhe as respostas convenientes e que assim necessite. Relativamente ao deputado Raúl Ferreira sobre a questão das construções de casas pré-fabricadas, conforme tinha-lhe dito numa reunião, iria fazer algumas mudanças agora no início ou no final da época de verão, para ver como é que isso se vai recuperar, mas digo-lhe sinceramente, embora com o mal dos outros passamos nós bem, este assunto não é apenas, aliás já discutimos isto em sede da AMAL, este assunto não é apenas e só do concelho de Albufeira. É dos concelhos todos do Algarve, essencialmente os do litoral, que é onde a pressão é maior. Relativamente à questão das obras particulares, evidentemente que há processos são muito mais complexos que outros de analisar e, por isso, às vezes já é um erro de ótica e de observação e de análise, não pode ser visto assim, de uma forma muito simplista, tem que ser de uma forma mais profunda, até porque há processos de obras que carecem de parceiros de entidades externas, o que alguns deles demoram imenso tempo, portanto, daí que uns andam muito rápido, aparentemente, e outros demoram mais algum tempo. Não quero com isto dizer que praticamente é tudo assim. Depois há aqui outras questões que disse, eu aconselho a falar com o senhor Diretor, para ver o que é que há em particular, algum caso possa estar esquecido. Há uma coisa que disse e bem, concordo perfeitamente que é muitas vezes, quer-se sacar as culpas aos técnicos municipais e ao setor das obras particulares municipal, quando muitas das vezes, as responsabilidades são precisamente dos privados, que vão tentando, tentando moer, tentando jogar o barro à parede, a ver se cola, e muitas vezes não cola e depois dizem que a Câmara demora muito tempo, e isso não é bem verdade, é desonesto da parte deles dizer isso, quando deviam dizer outra coisa, deviam dizer o contrário. Sobre a questão da Sílvia Dias, a questão da videovigilância neste momento está nas mãos da Guarda Nacional Republicana, portanto, só falta dar o passo final, elas já estão todas colocadas, e não é só na baixa, é também na Sá Carneiro. Já está lá anunciado que é uma zona vigiada, isso já está a produzir efeitos, mas não podem ainda ser usadas como prova de nada, isso só quando a Guarda Nacional Republicana me disser que está em condições, eles é que estão a ver alguns pormenores de configuração. Depois temos aqui a questão do Algarve Shopping, naturalmente e como sabem, houve as férias judiciais, isto estava com o senhor Procurador e continua no Ministério Público,

portanto, houve umas ações lá que surtiram algum efeito ou não, penso eu que, muito pouco, mas de qualquer das maneiras, está em andamento ou estará em andamento dentro de pouco tempo, agora, depois das férias judiciais. Relativamente aos regulamentos, tal e qual como falei há bocado no regulamento de comportamentos, também o regulamento dos horários e de ruído são obrigatórios, como têm eficácia externa, são obrigatórios que sejam postos à discussão pública e daí, com certeza, não finaliza a sua aprovação antes de haver essa audição pública, portanto, evidentemente que demora sempre algum tempo. São elaborados, a Câmara remete para discussão pública, durante os dias que está em discussão pública, normalmente é trinta dias, fazem intervenções, sugerem alterações, acrescentes de alguns aspetos ou não, portanto, e depois entende-se aceitar uns ou não aceitar outros e depois é que vem a aprovação final, e é publicado em Diário da República e a partir desse momento é que está em vigor. Todos estes regulamentos têm que seguir estes trâmites, esse caminho, esse fluxograma e não poderão ser feitos de outra maneira. Relativamente ao Beco do SOL, estava em sede da Guarda Nacional Republicana, que fez lá uma intervenção antes do verão, tenho de tentar saber como as coisas estão. Sobre a questão da Quinta dos Pardais, já disse e vou repetir, as instalações são do município, muitas outras instalações dos equipamentos sociais são praticamente todas do município. Assim como é a creche da Guia, que também já foi ampliada e remodelada há dois anos. Foi a primeira creche no país que foi apoiada pelo PRR, e já está em funcionamento. Também é explorada há muitos anos, pela Santa Casa da Misericórdia de Albufeira. E depois temos outros, temos ou Lar da Guia, que é também instalações do município, um deles que o outro é privado, que está a ser explorado pela Fundação António Silva Leal. Está agora em construção a Unidade de Cuidados Continuados da Guia, que já está em fase adiantada de construção, depois temos a creche dos Pardais, que são instalações do município, explorada pela Santa casa da Misericórdia, penso eu desde o princípio que ele foi construído. Não pode haver confusão entre a candidatura que foi feita, que foi à Câmara e que veio aqui para aprovar, os fundos, há uma parte que vai ser financiada pelo PRR, não só para esta creche e para este Jardim de Infância, mas também para a creche dos Amendoinhas. A creche dos Amendoinhas também vai ser objeto de ampliação de uma sala onde também foi financiada pelo PRR, essa creche é junto à escola do primeiro ciclo e Jardim de Infância de Vale Pedras, as instalações também pertencem ao município e também está a ser explorada, neste caso



pela Fundação António Silva Leal, e também foi aprovada pelo PRR. Mas uma coisa é a candidatura de ampliação de remodelação daquele espaço, Quinta dos Pardais, não tem nada a ver com a questão que aconteceu, absolutamente nada. Misturaram aqui algumas situações que não têm nada a ver uma coisa com outra, absolutamente nada. O que aconteceu agora foi que, a Mesa da Santa Casa, entendeu em determinada altura, foi a semana passada ou há duas semanas, que deveria ser encerrado a Quinta dos Pardais, foi isso que aconteceu. Os pais sabem disso perfeitamente, por mais que as pessoas sintam solidariedade, nós também sentimos solidariedade, e por isso é que estamos a tentar ajudar. Aqui não é só ser solidário, não é só palavreado, é realmente ações, é trabalho quer da minha parte, quer da senhora vereadora Cláudia, que daqui a pouco peço para depois dizer mais alguma coisa sobre aquilo que se está a fazer. Tem havido reuniões com a delegada de educação da DGEST de Faro, tem havido reuniões com a diretora da Segurança Social de Faro. Tem avanços e recuos, são situações que não são imediatas de resolver. Não temos nenhuma bolsa de educadores de infância que possam querer vir para aqui, não há, são poucos mas penso que já apareceram dois ou três. Portanto, uma coisa é a ampliação e remodelação das instalações, outra coisa, é esta situação, não tem nada a ver uma coisa com a outra, literalmente nada. Acho que misturar aqui um bocado as duas situações não têm nada a ver, vamos é melhorar as condições. O objetivo da candidatura é aproveitar uma candidatura que foi aberta, mas também é melhorar, com certeza e posso dizer que a Albufeira tem já de há alguns anos, das melhores instalações escolares do distrito e até se calhar nacionais, podem ter certeza disso, isso é garantido, aliás, não somos só nós que o dizemos, é muita gente de fora que diz." -----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite a todos, relativamente a esta questão estive a ouvir atentamente e efetivamente, não quero que os pais vão daqui mais preocupados, porque penso que, já têm reuniões marcadas, para quarta-feira e, portanto, essas reuniões são obviamente para receber os filhos com novas equipas, porque o esforço, tal como o Senhor Presidente explicou e bem, por parte das entidades envolvidas no processo para resolver, até porque o aviso, penso eu foi que o encerramento aconteceria até dia dez. De dia dois a dia dez, inicialmente, digo eu, que era o tempo de pausa, mas efetivamente com o desespero em falta de recursos humanos qualificados para tal, saiu efetivamente um email que todos temos conhecimento, mas nós já tínhamos há algumas semanas as reuniões marcadas com as entidades,



Segurança Social e DGEST. Fizemos reuniões com a senhora Provedora, uma parte, penso eu e vai correr bem, certamente, porque as equipas estão novamente formadas e vão ter as reuniões, como já disse, pelo menos, vão responder a sessenta e tal crianças, o restante estamos a trabalhar para isso, portanto, também só segunda-feira é que há o início do novo ano letivo e claramente que vamos arranjar, seja de que forma for, com a colaboração destas quatro entidades resposta para estas famílias. Portanto, para os pais que estão a ouvir em casa e para os que estão aqui, não vão preocupados, porque de uma forma ou de outra, vamos conseguir, com certeza, a dar uma resposta e a Santa Casa, pelo menos com a valência da creche, vai continuar no seu ativo. Aqui a questão do jardim de infância ainda vamos avaliar, vamos ver se ficará pública, se ficará com a Santa Casa, mas isso são apenas detalhes. O que importa são estas cento e vinte crianças e estas famílias continuarem o seu percurso de vida com a qualidade que merecem." -----

Luna Silva: "Senhor Presidente da Câmara Municipal, outra vez sobre a creche da Quinta dos Pardais, precisava de perguntar se tem conhecimento que também existem reclamações por parte das educadoras de infância e trabalhadores relativamente à falta de condições e que, alegadamente, esses foram também os motivos do que se tem ocorrido. Só estou a perguntar se o Senhor Presidente tem conhecimento destas alegadas reclamações, de falta de condições por parte dos educadores de infância. Sobre o Beco do Sol, respondeu o senhor Presidente que a GNR fez uma intervenção no local, mas o lhe perguntei e o que eu precisava de saber é, se a Câmara Municipal de Albufeira é ou não dona e legítima proprietária deste terreno rústico?" -----

Presidente da Câmara: "Sobre a questão das condições da Quinta dos Pardais, a senhora Provedora não manifestava de uma forma particular, de uma forma pormenorizada essas condições alegadamente menos boas, ou suspeita-se. São as tais suspeições que aparecem, "que ouvi dizer", mas as coisas não podem ser assim. Não é por acaso que existiu uma candidatura e essa candidatura foi baseada em variadíssimas reuniões que houve entre a Santa Casa da Misericórdia e os técnicos, de arquitetura desta Câmara Municipal. Foram os técnicos de arquitetura desta Câmara Municipal que elaboraram o projeto e que foi candidatado e vamos fazer a obra, o projeto está feito, a obra está financiada numa pequena parte, não é aqueles cem por cento que fizeram fazer crer, em tempos que isto era tudo a cem por cento, o PRR. Não é verdade, nem pouco mais ou menos. Por alguma razão há essa remodelação, as

instalações que eu conheço têm as mínimas condições, claro, são instalações antigas, já muito antigos, foi antes de eu estar na Câmara, já aquelas instalações terão trinta anos, ou coisa parecida, portanto, já tiveram várias remodelações, vários arranjos, várias obras de conservação, como qualquer equipamento tem, como qualquer obra tem, mas isso não é nenhum assunto assim tão importante, não é por acaso que existe a candidatura. Isso é uma questão, o facto de a creche ter fechado, ter suspenso a sua atividade, não tem nada a ver, absolutamente nada. Tirem daí a ideia, eu já estou como a vereadora, se não saem os pais daqui ainda mais preocupados do que como vieram, porque lançou-se aqui uma onda de solidariedade, evidentemente, estamos todos solidários, só que nós não somos só solidários, somos solidários não apenas na retórica, mas no trabalho, nas reuniões, nas opções e há várias opções que já se puseram em questão, que já foram discutidas em reuniões, e é assim que tem que ser, porque nós não temos a solução milagrosa, como disse há pouco, não há nenhuma bolsa de educadores de infância que a gente pudessem ir buscar agora, é que se houvesse, era ótimo. Relativamente ao terreno do Beco do Sol, quando a câmara é dona dele, com certeza que é legítimo proprietário." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Primeiro-Secretário para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----  
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Luna Silva: "A informação escrita do Senhor presidente da Câmara Municipal, muito se poderia dizer acerca deste ponto, como facto desta Câmara Municipal em apenas quatro meses ter celebrado contratos para prestação de serviços para espetáculos no valor de quase um milhão de euros, ou como o facto de a maior parte terem sido celebrados por ajuste direto. No entanto, gostava de perguntar ao Senhor Presidente, não obstante, os contratos em causa terem sido celebrados e assinados pelo Senhor Vice-Presidente, por que motivo, ou qual o interesse municipal, ou utilidade municipal é

que levou esta Câmara Municipal a celebrar um contrato de aquisição de serviços de Jeep Safari e serviços marítimo-turísticas com festas de barco, sunset?” -----

Domingos Coelho: “Em relação a este ponto, constatar aqui uma situação que tem a ver com a execução orçamental. Mais uma vez, o plano plurianual de investimentos está executado só em dezoito virgula seis por cento, e dentro deste PPI, a rubrica habitação seis por cento. E, mais um número, o investimento global representa dezanove por cento da despesa total. Em relação a outra parte da informação e que, digamos, diz respeito a algumas questões que a nossa colega Luna levantou, gostava aqui de colocar também algumas questões. Primeiro lugar, aparece uma despesa de catering de setenta e quatro mil e quinhentos euros, já agora gostava de saber a que situação se refere. Depois o Carpe Nox, seiscentos e noventa e dois mil euros, também gostava de saber o que é que está aqui neste pacote. Relativamente ao Albufeira Sounds, aparece para artistas cento e vinte mil euros, para promoção de vinte e seis mil euros, portanto, um total de cento e cinquenta mil euros, mas não aparece o valor da tenda que foi considerada a tenda para convidados, diria de outra forma, a tenda VIP e nem o palco para os artistas. E já agora, porque já várias vezes aqui a bancada do PS, pôs aqui como pergunta, que critérios para os convites para a zona VIP ou zona reservada, ou a zona dos convidados? Porque da bancada do PS só uma pessoa foi a esta festa, num primeiro momento, foi um pouco barrado, depois identificou se e depois entrou e, depois há uma pessoa estranha à Câmara, à Assembleia, eu diria ao município em termos, de instituição que lhe veio oferecer um convite para ter acesso ao bar aberto. Uma questão que também ponho aqui, numa festa de carácter popular, qual é a razão para um espaço VIP, reservado, para convidados, ainda por cima com bar aberto? Isto parece um palco de algumas vaidades para alguns, com todos a pagar. Eu penso que ainda por cima esta festa, que é uma festa virada para a juventude, fazer disto um palco para convidados penso que, enfim. Isto tem algum sentido quando há uma cerimónia mais oficial do município, como o vinte e cinco de abril, agora uma festa de carácter popular, isto parece-me um certo deslumbramento e que não tem sentido nas situações.” -----

Presidente da Câmara: “Relativamente às questões da deputada Luna Silva, sobre os ajustes diretos, quero dizer que, na maior parte destas situações, isto rege por critérios materiais, portanto, não é de admirar, evidentemente que todos estes ajustes diretos estão de acordo com a legislação vigente, com código de contratação



pública, isso não há a mínima dúvida. Relativamente ao deputado Domingos Coelho, a questão de execução orçamental, é sempre uma questão de interpretativa, apenas e só, porque a questão do investimento é bom que se diga, aquele investimento feito em cimento, tijolo, ferro, alcatrão, isso começa a passar em desuso e começa a haver um investimento noutras áreas, que é investimento nas pessoas, tudo isto no fundo, se nós analisarmos bem ao pormenor, temos variadíssimo investimento e esse critério, essa percentagem é do investimento material não de investimento, digamos, imaterial ou na pessoa. Depois relativamente ao catering desses setenta e quatro mil euros, isso por aquilo que sei, são várias entidades, nomeadamente o elenco que organiza o Paderne Medieval, está aqui o elenco da passagem de ano, está aqui o elenco de uma série de situações que está aqui metidas neste pacote dos setenta e quatro mil euros. Relativamente à questão das zonas reservadas, os elementos da Assembleia Municipal alguns têm lá ido, só não tem lá ido quem não quer, portanto, não estou a ver, mas pode ter acontecido algum caso que tenha sido menos bem interpretado, mas não creio que isso tivesse acontecido. A questão de haver ou não haver uma questão de critério, uma questão de opinião, são opiniões que são legítimas e são de aceitar as opiniões críticas neste aspeto. Mas no entanto não deixa de ser feita e, evidentemente, tem que haver critérios mais ou menos de semelhança, critérios de igualdade também nestas circunstâncias." -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, não respondeu qual é que é a utilidade municipal para a celebração do contrato de serviços de Jeep Safari e de Festas de Barco Sunset." -----

Presidente da Câmara: "Teve a ver nomeadamente, com as férias do gabinete da juventude, teve a ver com um grupo de pessoas que estiveram a visitar a questão do Geoparque, também levámos num passeio marítimo pela costa, de vez em quando acontece uma coisa deste tipo, são situações esporádicas e que, vão acontecendo por vezes, de vez em quando." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, passou-se ao ponto seguinte. -----

## PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das atas de 24/06/2024 e 29/07/2024; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou as atas a votação. -----

**VOTAÇÃO DA ATA DE 24/06/2024:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Dário Pereira, André Lima, David Ferreira, Teresa Neto e Otelo Cabrita, pelo que não votaram. -----

**VOTAÇÃO DA ATA DE 29/07/2024:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: dezoito (18) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Carla Valério, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Inês Mendonça, Luna Silva, Sílvia Dias, Carla Vieira, André Lima e Carlos Mendes, pelo que não votaram. -----

### PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; --

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Desde já gostava de agradecer as ajudas que a Câmara tem dado relativamente às festas e outras atividades que temos feito. Agradecer também a presença do Senhor Presidente nas últimas festas e a

todos os membros da Assembleia que estiveram entre a população, mas também gostava de deixar aqui uma sugestão, que tenho vindo a debater já em várias Assembleias e voltava a sugerir. Sugiro que seja feita uma revisão do contrato interadministrativo de delegação de competências a fim de incluir verbas para conservação de caminhos rurais, podas de árvores e realização de eventos, todas as freguesias fazem eventos, e acho que era de bom tom a Câmara dar-nos alguma verba, assim podíamos elevar o nível das festas para a população. Vou fazer lembrar outra vez, que a minha freguesia ainda não teve festa nenhuma realizada pela Câmara, ainda há bocadinho o senhor Presidente falou do Paderne Medieval, falou da Guia, falou em várias festas, mas ainda não chegou festa nenhuma às Ferreiras. Depois, fazer lembrar que, cada vez mais há carência de funcionários em todo o lado, agora é nas creches, mas a Junta de Freguesia de Ferreiras está com carência de funcionários e, nomeadamente os que estavam no contrato interadministrativo já há vários anos." ----

Presidente da Câmara: "Vamos refletir sobre a questão das festas, de alguma forma colaborar naquilo que é possível fazer. Já se prevê e sugere também introduzir no orçamento do contrato interadministrativo uma questão para eventos, ou festas. Vamos refletir sobre isso." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia deu como efetuada a tomada de conhecimento e passou ao ponto seguinte.

#### **PONTO QUATRO**

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação em vigor, referente à repartição de encargos do Concurso Público, para "prestação de serviços de desmatagem de terrenos e desramagem de estradas e caminhos do concelho de Albufeira", pelo valor base de 339.000€ + IVA; ---  
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Neste ponto, mais uma vez tenho vindo a debater em várias Assembleias, gostaria de perguntar se no concurso público para a desmatagem de estradas e caminhos do concelho de Albufeira está alguma verba atribuída para a Junta de Freguesia de Ferreiras, para que se possa solicitar este serviço ao município, sem obter a resposta de que, está na delegação de competências. Porque se tiver na delegação de competências, está delegado em todas as juntas,

portanto se calhar, no concurso está aqui alguma coisa que não se ajusta." Se não, eu tenho lá uma série de coisas para fazer a desmatção, agradecia e fazia-lhe um ofício." Presidente da Câmara: "Não está aqui em causa a distribuição pelas freguesias, isto em termos do concelho daquilo que for necessário e, for possível fazer, dentro desta quantia a distribuir, penso eu por três anos, por isso é que vem aqui à Assembleia, por causa da repartição de encargos por mais que um ano económico. Não há atribuição a cada freguesia de um determinado valor. Aquilo que for necessário, é só uma questão de fazer um pedido, um ofício e os serviços depois analisam e vê se há alguma prioridade ou se isso passa a ser uma prioridade. Conheço pelo menos um, no Vale de Santa Maria a vegetação já está na estrada, aqui no Bairro dos Pescadores também estava. É preciso que se veja com atenção, e muitas vezes o pessoal da área, parece que passa pelos sítios e não vê, ou olha para o outro lado para não ver." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

#### **PONTO CINCO**

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação em vigor, referente à repartição de encargos do Concurso Público, da "Empreitada de Reabilitação de Edifício para Futuras Instalações do Posto de Turismo de Paderne", pelo valor base de 482.059,37€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **PONTO SEIS**

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** do Concurso Público, da "Empreitada de Levantamento e Reposição/Construção e Reparação de Passeios em Zonas pontuais do Concelho de Albufeira.", pelo valor base de 345.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Mais uma vez, gostava de lembrar que, uma vez que a maior parte das calçadas, pertenciam às juntas de freguesia, portanto, os tais caminhos pedonais, a minha sugestão era saber se uma vez que vai haver um concurso, como ainda há bocado foi dito, a obra que foi feita na Avenida doze de Julho tem um passeio, que além de estar já degradado em algumas partes, que penso que, eles venham dar a manutenção, no lado oposto, não sei se estava incluído ou não essa reparação, visto que com as obras, os carros passavam lá por cima, aquilo está tudo degradado do outro lado, e estamos a falar de um intervenção ainda de vários metros, uma vez que a Câmara está a fazer este concurso, saber se também posso fazer esses pedidos de algumas zonas pontuais da minha freguesia." -----

Helena Simões: "Boa noite a todos, a velha máxima aqui deve operar, quem não chora não mama. Eu realmente só fiquei surpreendida com o Presidente da Junta de Freguesia das Ferreiras não ter reclamado também um Posto de Turismo para as Ferreiras também. Porque os concursos públicos que até ao momento se aprovaram, são





fornecimento contínuo, de acordo com as necessidades, parece-me a mim e de acordo com o caderno de encargos que vi que ainda não há necessidades concretas já estabelecidas, apenas e só, são a repartição de encargos para garantir que a Câmara tenha verba para acudir às necessidades pontuais. No entanto não podia deixar de expressar aqui alguma estranheza na necessidade do contrato interadministrativo das festas e festinhas, uma vez que a Junta de Freguesia das Ferreiras é a que mais bem tem estado servida pelo menos a nível de por de sóis e afins." -----

Presidente da Câmara: "Penso que o senhor Presidente da Junta de Ferreiras trocou o nome da doze de julho, porque é a estrada do Paraíso, acho eu. Na estrada do paraíso realmente há bocado quando falou na questão da limpeza do terreno, eu falei com o empreiteiro depois da obra mais ou menos terminada e, apontei-lhe diversas mazelas que aquela obra tem, uma delas é precisamente o lixo, entulho que deixaram ali nas proximidades, que vão ter de limpar aquilo, bem como regularizar as passadeiras. As lombas não foram realizadas logo na altura, porque estávamos no verão, havia portanto, muito movimento, vamos esperar agora mais quinze dias ou um mês para fazer a regularização da elevação, porque realmente não pode continuar assim. Mas isso está em vias de acontecer. Obviamente que estas situações de reposição de calçada, levantamento de calçadas e passeios, evidentemente que é quando forem acontecendo algumas situações, escolhendo as mais prioritárias e à medida que for acontecendo vão descascando, passo aqui o termo, o valor que vai sendo diminuído." -----

Domingos Coelho: "Pegando na intervenção do Senhor Presidente, penso que, tem todo o sentido, já agora uma sugestão, se é que posso dar, porque não definir um tipo de passadeira ou neste caso de lomba igual para todo o concelho? Em termos de altura, em termos de toda a sua estrutura, até diríamos do material, porque diria que quase em cada estrada tem uma lomba diferente da outra, porque isso tem a ver muitas vezes com alguma falta de planeamento, mas isso em termos do automobilista, a pessoa nunca sabe se deve chegar lá a trinta, se a quarenta ou cinquenta, ou parar inclusivamente." -----

Presidente da Câmara: "De facto, aquelas lombas não estavam previstas, eu é que chamei a atenção que faltava ali lombas para evitar a velocidade, por isso é que foram feitas mais tarde. Em termos de pavimento, já determinei que aquele pavê é o ideal para fazer as lombas, o branco e cinzento. Agora essa questão do desenho, da

inclinação, realmente tem que ser feito assim, porque cada um não se pode dar ao luxo de cada empreiteiro fazer da forma como lhe apetece, da forma como quer, isso tem que ser os serviços técnicos que têm que analisar. E eu já chamei a atenção precisamente disso, que aquelas lombas estão exageradamente altas." -----

David Ferreira: "Boa noite, para responder à questão das lombas, o Código da Estrada já define altura máxima das lombas, que é normalmente, salvo erro, quatro centímetros e meio. Posso estar enganado, mas está definido no Código da Estrada. Para falar da parte das lombas, a pedra de calçada realmente é muito bonita, mas, no meu caso que ando mota não é a melhor das soluções, mesmo andando devagar, torna-se muito perigoso quando chove." -----

Presidente da Câmara: "Agradeço a confirmação da questão do Código da Estrada, que é isso que os serviços têm que seguir, é isso que as empreitadas também têm que seguir, no caderno de encargos tem de estar isso precisamente. A questão da calçada nas lombas, há uns anos entendi começar a fazer as lombas assim porque evita de andar a pintar eternamente, porque o problema das pinturas no pavimento é um problema que é transversal e no Algarve principalmente por causa do calor do alcatrão, a tinta não aguenta quase tempo nenhum. Noutros sítios de zonas mais frias aguenta durante muito tempo, e aqui não, por isso é que é preferível ter as bombas assim, infelizmente é contra o os motociclistas." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

## PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21

de Fevereiro, na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** do Concurso Público, para "Fornecimento Contínuo de Material de Rega.", até ao limite de 270,000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Na pergunta que pretendo colocar não tem a ver diretamente com o concurso, mas tem a ver com água. Perguntar ao senhor Presidente, como é que tem evoluído o consumo de água no concelho nos últimos meses? Se se constata alguma diminuição? E já agora, uma informação que penso que tem alguma utilidade, já vi várias vezes no cemitério em pleno meio-dia regar a relva, portanto, penso que independentemente de regar ou não, penso que pelo menos a hora não é a mais indicada." -----

Presidente da Câmara: "Os dados recebidos, pelas Águas do Algarve, o município de Albufeira em termos da água fornecida, tem sido dos municípios que mais água reduz em termos daquilo que é comparativamente com o ano passado. O concelho que mais tem reduzido é o de Castro Marim, e Albufeira está sempre no terceiro ou quarto, em termos de redução na parte final, é dos que mais reduz. Relativamente à questão da rega do cemitério ser feita ao meio-dia, independente de ser no cemitério ou no sítio dos vivos, acho que a rega não deverá ser feita essa hora, de maneira nenhuma. Senhor vereador está aqui presente vai ter que alterar isso, porque as horas de rega é à noite, toda a gente sabe, para evitar a evaporação senão àquela hora gasta-se e perde-se." -- Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

## PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à **Proposta da aprovação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Ou não me chegaram todos os documentos relativamente a este ponto, ou parece-me que falta ali qualquer coisa, parece que está ali aquilo que foi, a discussão pública, depois a forma como aquilo passou pelos vários serviços, mas parece que o corpo final do trabalho, digamos assim, do plano. Pareceu-me que faltava ali qualquer coisa ou então não tive acesso a toda a documentação." -----

Presidente da Câmara: "Que eu saiba, tudo aquilo que foi aprovado em reunião de Câmara, foi enviado para a Assembleia. Se faltou algum documento, alguma cópia de alguma coisa, não faço a mínima ideia, eu acharia que não, no entanto pode ser verificado." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO**: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Luna Silva. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

## PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à **Proposta da aprovação do Regimento do Conselho Municipal de Saúde**;

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Relativamente a este ponto, a bancada do Albufeira Prometida não pode deixar de notar que a elaboração deste Regimento, de acordo com o SGD, teve início em junho de dois mil e vinte e três e só passados quinze meses é que o documento vem à Assembleia para análise e aprovação. Mais uma vez, verificamos que este instrumento, o Regulamento do Conselho Municipal de Saúde, tal como outros que estão em fase desconhecida, não é, efetivamente uma prioridade para este executivo." -----

Presidente da Câmara: "Seria mais preocupante se não tivesse havido nenhuma reunião do Conselho Municipal de Saúde, embora, independentemente do Regimento do seu funcionamento, porque é uma questão de alguma forma meramente administrativa e sem qualquer conteúdo de grande monta em termos daquilo que é as questões relacionadas com a saúde. É apenas o Regimento, é apenas e só um documento orientador daquilo que é o funcionamento do próprio órgão enquanto reunião." -----

Carla Vieira: "Muito obrigado, agradeço a resposta do Senhor Presidente e aproveito para questionar quantas vezes é que então este Conselho Municipal de Saúde já reuniu? Duas vezes desde o início do mandato? Então não há aqui cumprimento do Regimento." -----

Presidente da Câmara: "Já reuniu algumas vezes, também não é importante agora dizer se são duas, se são cinquenta." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

## PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à **Proposta de Alteração do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Aqui noutras ocasiões já sugeri, até mais que uma vez e, tendo em conta a boa saúde financeira da Câmara, que as licenças e as taxas referentes a autoconstrução, a primeira construção de primeira habitação, seja de construção nova ou de reabilitação, que essas licenças e taxas fossem isentadas, tanto mais que ao ler o documento diz, por exemplo, na alínea p) a proposta das isenções que diz, as operações urbanísticas que constam expressamente do Plano Territorial de Âmbito Municipal, estão isentas. Ou, as operações urbanísticas que constituem contratos de desenvolvimento de habitação social, ou outros programas de âmbito de política social de habitação também estão isentas. Portanto, penso que não seria de pedir muito, que as licenças e as taxas para autoconstrução nova ou reabilitação, desde que fosse primeira habitação que ficasse isento. Porque depois há outras séries de taxas que até podiam ser agravadas, até para compensar aqui, digamos a parte financeira, por exemplo, a taxa de ruído, aquela situação de pedido especial de ruído, por exemplo, entre as vinte e três e as oito horas da manhã, são noventa euros por dia. Porque que não agravar aqui, até para que, por exemplo, no caso da construção civil ou noutras situações, as pessoas evitassem a ocupação deste tempo, que é o tempo de descanso de toda a gente. Ou, por exemplo, que o lançamento de foguetes e pirotecnia, porque que também não é agravado? Ou por exemplo, a realização de cerimónias e atividades no areal de grande dimensão? Depois há aqui outra licença que não percebo, isto talvez não tem muita aplicação aqui no nosso concelho, autorização para arborização ou rearborização, pagam uma taxa de cento e sessenta euros. Penso que a pessoa que faz arborização até devia ser, diria premiada. Depois, por exemplo, autorização sem condicionamento para estacionamento, para um período superior a doze horas, a setecentos e trinta e quatro euros por ano. Isto está no capítulo das unidades hoteleiras, isto fez-me lembrar o caso do Sol e Mar que ainda há dias passei lá, tem

quatro ou cinco estacionamento privados, entre aspas, digamos que está a usufruir deles, pagará com certeza, não sei se sim ou não, os cinco vezes setecentos, à volta de três mil euros por ano? Não sei se paga ou não, mas a questão que estou aqui a levantar não é tanto pagar ou não, porque provavelmente pagará, é que este espaço está contornado por correntes, que já vi pessoas a caírem lá, aquilo é ocupação de meia via pública, e que é, digamos que, um empecilho para peões e para viaturas, da forma como está aquilo e para além de se paga ou não, acho que não tem sentido nenhum, até pelo aspeto que aquilo dá em termos de espaço público.” -----

Presidente da Câmara: “Esta revisão do Regulamento de Taxas e Licenças e Outras Receitas do Município tem a ver essencialmente aqui com três ou quatro coisas. Uma delas com a transferência de competências, nomeadamente a transferência de competências nova, que é das praias, foi há um ano e meio, algumas alterações legislativas, nomeadamente na questão do urbanismo, a questão de outras áreas, a desatualização, esse documento estava em vigor desde dois mil e doze, de dois mil e doze para cá não tinha sido mexido. E há aqui uma coisa que no fundo nos dá algum conforto, porque cada taxa que está aí está sustentado em termos económicos, ver como é que aquilo foi feito, um estudo para dar dez cêntimos, para dar cinquenta euros, para dar de mil euros, para dar quinhentos euros. E isso foi feito por um expert na matéria, a pessoa mais conceituada no país nesta área, o Dr. Pedro Mota e Costa que colaborou e tem colaborado com a AMAL, colabora com muitos municípios do Algarve e não só nestas áreas dos regulamentos de taxas e licenças, portanto, eu diria que, independentemente de haver depois opções, e aceito essa sugestão, possa vir até a ser levada a efeito daqui a algum tempo, essa questão de urbanismo mas de qualquer das maneiras isto é feito com base científica. Foi feito com base justificada e com base sustentada em termos de valores, independente, como disse, de haver uma ou outra situação de isenção ou de benefício, ou de agravamento até perante algumas circunstâncias.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: doze (12) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carla Valério, Sílvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Otelo Cabrita, Presidente

da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: uma (01) Helena Simões. -----

Votos a favor: doze (12) Adriano Ferrão, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

### PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **Adesão do Município de Albufeira à Riscos - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança**:-

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO**: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Otelo Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:15 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 9 de setembro de 2024 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_



-----  
A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

-----  
O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

